

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da Marcha em Defesa dos Municípios

Brasília-DF, 10 de abril de 2007

Meu caro presidente do Senado Federal, Renan Calheiros,
Meu caro presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia,
Senadora Ideli Salvati, senadora Rosalva Ciarline,
Senadores Valdir Raupp, Efraim Morais, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, José Maranhão e Neuto de Conto,
Meus companheiros ministros e ministras de Estado,
Meu caro Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação,
Meu caro João Paulo Lima, presidente da Frente Nacional de Prefeitos,
Meus companheiros deputados federais, deputados estaduais,
Vereadores,
Secretários municipais,
Meus amigos da imprensa,
Companheiros das instituições do governo federal que mantêm tão estreita relação com os municípios brasileiros,
Meus amigos e minhas amigas da imprensa,

Uma parte do meu discurso, eu, na verdade, já o fiz nos outros anos em que estive com vocês. Mas acho que é sempre importante vocês, que são prefeitos, ou que terminam o mandato agora em 2008, ou os que vão ser candidatos à reeleição, certamente repetirão em alguma praça pública do País os discursos que vocês fizeram nas eleições passadas.

Portanto, se aqui for dita alguma coisa que eu já disse, é um defeito político, na verdade, um defeito genético do político brasileiro mas que, segundo os comunicadores, é sempre importante a gente repetir uma mesma coisa muitas vezes, até que essa coisa se torne quase que uma verdade absoluta para todos nós.

Cada vez que eu venho numa marcha com os prefeitos, e quero dizer

isso ao João Paulo e ao Paulo, eu venho consciente de que aqui receberei os agradecimentos pelo que fizemos no ano anterior e, ao mesmo tempo, receberei uma pauta de reivindicações para o período posterior. E não poderia ser diferente, até porque eu aprendi na minha vida, esses anos todos militando no movimento social e movimento sindical, que cada conquista que a gente tem, por menor que ela seja, é um estímulo para a gente fazer uma outra reivindicação. Ela não é um estímulo para a gente parar e eu não espero que vocês parem de fazer reivindicações, porque no dia em que vocês pararem de fazer reivindicação, seja ao governo estadual, seja ao governo federal, o povo da cidade de vocês não irá mais eleger vocês. É importante ter claro isso.

Vocês foram eleitos sobretudo para administrar corretamente a cidade de vocês, mas para fazer com que haja uma cumplicidade na relação federativa, e que cada um dos entes federativos cumpra com o seu papel para que nenhum fique sobrecarregado demais e para que nenhum leve vantagem demais. É essa a lógica da nossa existência. É com essa lógica que vocês foram candidatos a prefeito, é com essa lógica que vocês vão pleitear reeleição, é com essa lógica que alguns que eu estou vendo aqui já conquistaram a reeleição, e no próximo ano não poderão mais se candidatar.

Agora, o que deve predominar entre nós é uma relação muito verdadeira, porque um dia cada um de vocês poderá ser presidente da República ou governador de estado. E eu, na certeza, quando terminar o meu mandato de presidente, voltarei a ser um munícipe da minha cidade, de São Bernardo do Campo, para viver os mesmos problemas que vive qualquer pessoa que more em qualquer cidade. E aí, quando eu estiver lá, a minha principal vítima será o prefeito, porque aí o prefeito ficará culpado. Eu não quero saber se o buraco da rua é da empresa estadual, eu não quero saber se o buraco da rua é da empresa federal, eu quero saber é que o prefeito está mais próximo de mim, portanto, ele pode me ouvir e aí o clamor será direcionado ao prefeito.

Se aqui no meu lugar tivesse um governador de estado, certamente o Paulo e o João Paulo teriam feito um discurso muito mais eloquente, cobrando muito mais dos governadores do que de mim, porque eles sabem que, embora não tenhamos feito tudo, há muitos anos não tinha um presidente que fizesse metade do que nós estamos fazendo na relação com os prefeitos do Brasil.

Quisera Deus que, nos cinco anos que antecederam o meu primeiro mandato, o presidente da República tivesse tratado os prefeitos como nós tratamos, a gente teria evoluído, possivelmente, o dobro do que já evoluímos.

Quero dizer para vocês que não tem reivindicação difícil, não existe, na minha vida política não existe reivindicação difícil ou reivindicação impossível, o que existe é que muitas reivindicações precisam de um tempo de maturação para serem compartilhadas entre as pessoas que têm que decidir. E decididas para que não causem prejuízos a ninguém e causem benefícios ao autor da própria reivindicação.

Eu estou dizendo isso porque no ano passado eu vim aqui e falei para vocês que a Caixa Econômica iria abrir, nas suas superintendências regionais, uma sala para atender os prefeitos. Sabedor de que muitas vezes o problema de muitas obras prioritárias nas nossas cidades não é por falta de dinheiro, muitas vezes é por falta de projeto, e agora essa constatação está óbvia com a decisão de fazermos o PAC. São bilhões de reais que estarão disponibilizados para que a gente possa resolver um problema crônico de urbanização de favela, de saneamento básico, de acabar com as palafitas, e agora que nós estamos fazendo conversas, começando das piores para as menos piores, é que nós percebemos que somos vítimas de um mundo inusitado. O prefeito não fazia projeto porque não tinha dinheiro, e o governo federal e o estadual, certamente, não davam dinheiro porque não tinha projeto. É sempre a pergunta: quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Por isso é que nós disponibilizamos o PAC. Um bilhão de reais para fazer projetos executivos. E é por isso que a Caixa Econômica e outras instituições do governo federal vão ter que se preparar, sobretudo, para ajudar aqueles municípios menores, que muitas vezes têm dificuldades para fazer o seu pequeno projeto para a sua pequena obra na cidade.

Mas a verdade, é verdade uma coisa dita, aqui, pelo representante dos prefeitos, que às vezes a gente toma uma decisão, passam anos e ela não acontece. Mas isso não acontece só com o presidente da República, não. Vocês vão terminar o mandato no ano que vem e, certamente, coisas que vocês decidiram no primeiro ano ainda não aconteceram, e muitas não vão acontecer, porque hoje, graças ao que fizemos no Congresso Nacional, este

País tem um poder de fiscalização infinitamente maior que o poder que ele tem de realização.

Ah, se no Brasil tivesse a mesma quantidade de gente para fazer do que tem para desfazer! Ah, se a gente tivesse a mesma disposição... e isso talvez seja um bem para a nossa civilização, a quantidade de fiscais que vocês recebem todo dia, o papel de um promotor público na cidade de vocês, às vezes colocando o dedo na cara do prefeito e dizendo que vai ou que vai prender o secretário. Mas isso não vale a pena para vocês não, isso vale para um funcionário da Caixa Econômica Federal, do BNDES, do Banco do Brasil ou do Ibama que, quando tem que dar uma licença ou autorizar um projeto, ele sabe que se for instado por alguém do Ministério Público, e tiver cometido uma irregularidade, antes de provar, os bens dele são colocados em disponibilidade e aí ele fica com medo de fazer. É o mesmo Estado que dá com uma mão e tira com a outra, diz que pode fazer, mas cria dificuldade para fazer. E vocês acompanham isso como ninguém acompanha.

Por isso, meus queridos prefeitos e prefeitas, eu queria fazer essa introdução para dizer que nós, aqui, estamos entre companheiros. Em alguns momentos somos adversários políticos, em outros momentos somos responsáveis pelas nossas cidades, pelos nossos estados e pelo nosso País. E quando terminam as eleições, um político sério, competente, ele começa a deixar de lado o que foi o debate do processo eleitoral para assumir o debate maior, que é na realidade aquilo que foi a aspiração dele de chegar a ser prefeito, governador ou presidente da República. Uma parte de vocês está no final de cumprir, porque já fez o segundo mandato, outra parte está cumprindo e vai tentar sua reeleição, e eu estou cumprindo meu segundo mandato.

Portanto, a partir do momento em que se abrem as urnas e que nós somos eleitos, não tem PFL, não tem PMDB ou PT, não tem PR ou PRTB, não tem PSB ou PCdoB, não tem PSDB. A partir desse momento, nós somos prefeitos e temos o compromisso de tratar, com a melhor qualidade possível, aqueles que num belo dia do ano acreditaram que o nosso nome poderia resolver problemas que eles vivem há décadas e há séculos.

Foi por isso que nós lançamos o PAC, eu posso dizer para vocês que o PAC é o mais perfeito projeto de desenvolvimento já feito nesta República, desde que ela foi proclamada, porque ele tem começo, meio e fim para cada

obra. E não será cada obra, cada ministro que vai fazer a obrinha de acordo com a pressão do deputado tal, do partido, do senador tal, do prefeito tal ou a vontade pessoal do ministro ou do presidente da República, não. O PAC tem um conselho gestor e nesse conselho gestor a gente vai fiscalizar se as obras que são determinadas como prioritárias para o País, levando em conta as necessidades regionais e levando em conta as necessidades da integração deste País, podem ser cumpridas ou não. Não é mais uma pessoa que decide, é um conjunto de pessoas. E vocês vão poder participar, porque muitas das coisas que nós estamos fazendo estão realmente direcionadas para as prefeituras deste País.

Eu não vou aqui, João Paulo, Paulo e companheiros, ater-me às coisas que já foram conquistas, porque eu, quando era presidente do Sindicato lá em São Bernardo do Campo, e modéstia à parte eu fui um bom dirigente sindical, eu, três meses depois que ganhava aumento de salário, já estava achando pouco, porque aumento de salário só vale no primeiro mês, no segundo mês a gente já quer mais. Por isso, Ideli, é que você fazia tanta greve quando era professora.

Mas veja, eu vou repetir algumas coisas só para que a gente saia daqui com a memória bastante lúcida.

Eu falei de salário. Queria lembrar a vocês que nunca, em nenhum momento da história do País, a totalidade dos trabalhadores teve pelo menos a inflação como reajuste. E 86% dos trabalhadores brasileiros tiveram reajuste maior do que a inflação, ou seja, ganho real de salário. Eu sei que muitas vezes quando a gente aumenta o salário mínimo para 400 reais, para 380 reais e logo, logo, vai para 400 e não sei quantos, eu sei que tem muito prefeito que fala: "Puxa, mas eu não posso pagar." É verdade que o prefeito, às vezes, tem dificuldade de pagar, mas muito mais dificuldade do que o prefeito de pagar, tem o cidadão de sobreviver ganhando um salário que não lhe permita comer a cesta básica. Só tem um jeito para resolver tudo isso, é a economia do País crescer. E é exatamente o que está acontecendo neste momento. O que eu tenho desafiado, não apenas os economistas amigos, mas os economistas adversários para mostrarem em que momento da história deste País nós tivemos uma combinação tão perfeita, ainda longe do ideal, mas de combinar crescimento externo com aumento das exportações, de combinar queda dos

juros com controle da inflação.

Quem é nordestino aqui sabe o que significa o aumento de 38% de consumo da população mais pobre deste País. Quem é nordestino aqui sabe o que significa o programa Luz para Todos. É como se nós tirássemos uma pessoa do século XVIII e a levássemos para o século XXI, com o governo federal bancando, na maioria dos casos, 100%. Cada ligação daquela custa, em média, cinco mil reais, e é feita de graça. E nem sempre os governadores podem dar a contrapartida, que às vezes é de 20%. Não tem problema, nós não vamos deixar uma pessoa sem luz e vamos chegar a atender os 10 milhões que nós nos comprometemos até 2008.

Depois nós vamos descobrir uma coisa simples de descobrir, que as estatísticas estavam erradas e que tem muito mais gente sem luz do que os primeiros números com que nós trabalhamos, e todo mundo sabe que isso significa um avanço extraordinário. Para atender esses 6 milhões de pessoas que nós já atendemos, sabe quanto de cabos nós já investimos neste País? Só de fios são 470 mil quilômetros de fios, são 2 milhões e 780 mil postes, são 380 mil transformadores, e por conta disso o aumento da venda de 430 mil televisores para as pessoas que receberam um bico de luz em casa.

Agora vamos fazer mais porque não tem eleição. Antes diziam: “está fazendo porque tem eleição”. Agora não tem eleição. Não vamos aumentar o Bolsa Família porque não tem eleição, vamos aumentar porque é necessário aumentar o Bolsa Família. Porque é necessário garantir que pelo menos uma vez na vida este País não veja investimento em pobre como gasto, não dê prioridade a determinadas economias que depois ficam muito mais caras do que a gente tem que gastar com saúde para cuidar da inanição das nossas crianças, da morte precoce de homens e mulheres.

Este País, meus companheiros prefeitos, está preparado como jamais estive na sua história, vai depender só de nós. Vai depender só de nós não errarmos o passo, e essas coisas foram acontecendo porque durante a minha vida eu determinei uma coisa na minha cabeça. Se todos ganharem pouco significa distribuição de renda, e se poucos ganharem muito, significa concentração de riqueza. Então, o que nós estamos fazendo, quando passamos um pouquinho a mais de dinheiro para os prefeitos, nem sempre é o que vocês precisam e por mais que a gente desse ainda não seria o suficiente,

o que nós estamos fazendo com isso é dando a vocês o direito de respirarem uma liberdade, de não ficarem subordinados a nenhum cacique político local, seja um deputado estadual, um federal, um senador, o presidente da República ou governador. E liberdade, meus filhos, não tem preço.

Quem foi prefeito aqui em outro governo sabe como era a coisa, era na base do chicote mesmo. Prefeito e pobre só eram ouvidos em época de eleição. Em época de eleição o prefeito tem base, tem alguma coisa ali, vamos atrás dele. Passou as eleições, o prefeito é problema, só quer saber de reivindicar. Era assim ou não era que vocês eram tratados?

Pois bem meus companheiros, vocês estão juntos comigo ajudando a mudar este País. Daqui a pouco tempo termina o nosso mandato, o meu e o de vocês. Não importa, o que importa é a qualidade do alicerce que nós montamos neste País para que os outros que venham sejam mais competentes do que nós, que façam mais do que nós e possam dar muito mais coisas para o povo do que nós demos.

É por isso, meus companheiros, que a reivindicação de 1% que vocês fizeram o tempo inteiro era justa, e nós ficamos o tempo inteiro discutindo se a gente poderia apenas ceder uma coisa sem que a gente pudesse aprovar a reforma tributária como um todo. Ontem o governo tomou uma decisão. A reforma tributária que estava prevista no Congresso Nacional, já não é mais a reforma tributária que nos interessa, Renan e Arlindo, vai ter um outro acordo para que a gente faça uma nova proposta, portanto, ontem foi dada ordem à base do governo para que vote separadamente ou encontre um jeito de votar os 1% para os municípios resolverem parte dos seus problemas.

Mas, companheiros, era importante que a gente atentasse para uma coisa que aconteceu nesses dias. O Paulo já disse alguns números aqui e eu vou tentar citar outros números, alguns, quem sabe, batendo com os números que foram citados aqui. A transferência do Fundo de Participação dos Municípios teve aumento substancial, passando de 18 bilhões e 500 milhões de reais, em 2002, para 29 bilhões e 500 milhões de reais, em 2006. Com as mudanças legais que permitiram a tributação dos serviços nos locais em que eles são realizados, os municípios obtiveram consideráveis ganhos com o ISS, e o Paulo já disse aqui os números.

A transferência do FNDE para os municípios saltou de cerca de 1 bilhão

e 500 milhões de reais, em 2004, para 2 bilhões e 200 milhões de reais, em 2006, com um crescimento de 41% nesses dois anos. Na área da saúde, as transferências passaram de 13 bilhões e 500 milhões de reais, em 2002, para 17 bilhões e 100 milhões de reais no ano passado, um crescimento de 27%. Já as transferências do Auxílio Financeiro de Fomento às Exportações saltaram nada menos do que 139% em dois anos, de 252 milhões e 400 mil reais, em 2004, para 604 milhões e 100 mil reais, em 2006.

É importante destacar aqui as transferências diretas ao cidadão. Eu fico sempre orgulhoso, porque conheço prefeito, aqui, de cidadezinha pequena, de 8 mil habitantes, 10 mil habitantes, que levantava às 4h da manhã com gente batendo na porta da casa dele para pedir dinheiro para comprar remédio ou para pedir uma passagem para ir para a capital. O Bolsa Família, dentre outras coisas, tirou muita gente da porta da casa dos prefeitos pedindo ajuda. E isso é importante para o prefeito mas, sobretudo, é importante para o cidadão que não tem que ficar dependendo de nada. Só no Bolsa Família são 7 bilhões e 500 milhões de reais de repasses a 11 milhões e 100 mil famílias. Graças à valorização do salário mínimo, outros 11 bilhões e 700 milhões de reais são repassados a idosos, portadores de deficiência e trabalhadores rurais em todo o município. Muito prefeito aqui também sabe que a cidade dele vive por conta desses benefícios, que é no dia que o povo recebe esses benefícios que a cidade tem comércio.

A coisa mais comum é a gente ir a uma cidade pequena hoje, do interior, e as pessoas falarem: “Puxa vida, Presidente, há uns seis, sete anos, a feira aqui acabava as 11h, Presidente. Começava as 9h e as 11h acabava. Hoje, Presidente, é 4h da tarde e a feira está funcionando ainda, porque as pessoas têm mais coisas para negociar.” Sabe o que significa isso? Houve um processo de distribuição de renda neste País. A massa salarial cresceu mais de 8%. No Nordeste, o crescimento do consumo e da renda se equipara a qualquer economia que mais cresce no mundo, com pequena coisa. Porque uma coisa que a gente aprende é que cuidar de pobre é muito mais barato do que cuidar de rico, cuidar de pobre é muito mais fácil. Cada pobre que conversa comigo pede, às vezes, 50 reais, 10 reais. Os negócios dos ricos são logo de bilhão para cima. E durante quantos anos os pobres foram esquecidos neste País? Durante quantos anos os pobres eram utilizados como se fossem uma coisa

secundária, utilizada de quatro em quatro anos? A coisa mais comum é, na época das eleições, a gente ir no bairro mais pobre. Vamos lá, quanto mais pobre, mais a gente vai. E a coisa mais difícil é voltar no bairro mais pobre depois de eleito.

Então, meus companheiros, nós queremos fazer mais, muito mais. Nós estamos pensando agora... a nossa querida presidente da Caixa Econômica, Maria Fernanda, veio aqui assinar um negócio que eu prometi no ano passado, depois já tinha feito em duas capitais, agora já veio assinar para nove, e eu espero que antes da próxima marcha, assine para os 27 estados para que a gente fique tranqüilo.

Agora, eu queria que vocês atentassem, um desafio que eu faço para vocês, a cada reunião em que a gente estiver junto, vocês anotem as coisas para cobrar depois, porque essa cobrança, primeiro, motiva a gente a saber que está sendo fiscalizado, e motiva a gente a fazer mais do que a gente fez, porque se eu encontrar com vocês e vocês forem meus amigos: “Lulinha daqui, Lulinha de lá, um abraço daqui, abraço de lá.” Está tudo maravilhoso, está tudo bem, está extraordinário. E não está, eu sei que não está. Eu sei que a coisa não está bem nos municípios, a não ser nos municípios ricos. Mas quantos são ricos? Mesmo nos municípios mais ricos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, os problemas sociais são mais graves do que nos menores. Então, companheiros, eu quero pedir que vocês continuem fiscalizando e quero dizer para vocês o seguinte: nesses próximos quatro anos, a partir de agora, serão investidos 40 bilhões em saneamento ambiental, com estimativa de atendimento de cerca de 22 milhões de domicílios e 106 bilhões em habitação, com estimativa de cerca de 3,9 milhões de famílias.

Boa parte desses recursos, obviamente, será executada por meio de convênios do governo federal com os municípios brasileiros. E a primeira medida importante que anuncio aqui, além do 1% obviamente... não queiram dois agora, não é? Pelo amor de Deus, deixem passar pelos menos uns três anos para aumentar, porque senão... E a primeira medida importante que eu quero anunciar, depois do 1% aqui, é a redução da contrapartida exigida aos municípios para firmar convênios de acesso ao projeto do PAC nas áreas de habitação e saneamento. Pela nossa proposta, a contrapartida que antes chegava a 20% passará a ser de até 0,1%.

Não vou falar da sala da prefeitura porque a moça já assinou aqui, a nossa querida Maria Fernanda. Gostou do “moça” não é Maria Fernanda? A Caixa, como parceira das prefeitas e dos prefeitos, ampliará também a sua assistência técnica aos municípios, para auxiliá-los na elaboração e execução de seus projetos de habitação popular e saneamento básico. Este é um dos objetivos das salas que a Caixa tem que montar.

Estamos lançando o Banco de Projetos Exemplares, onde os prefeitos e as prefeitas poderão encontrar plantas e projetos de engenharia, com seus respectivos custos para a construção de casas e edifícios populares. Além disso, a Caixa disponibiliza para o município o portal de compras e a certificação digital, para redução e simplificação de procedimentos de compras e contratação de serviços.

Para melhorar ainda mais o atendimento aos prefeitos e prefeitas, editei o Decreto, em dezembro de 2006, que começa a funcionar agora, sempre com um atrasinho, implantando isso que o Walfrido acabou de assinar agora, cada ministério tem que ter uma assessoria especializada em atender prefeitos ou prefeitas, para que as pessoas possam ser melhor tratadas.

Na área da saúde, vamos disponibilizar este ano 1 bilhão de reais para viabilizar questões importantes como a regularização da situação funcional dos agentes comunitários de saúde, a redução de desigualdade regional de atendimento assistencial básico, a atualização populacional do piso de atenção básica de 2005 para 2007, a contratação de 15 mil agentes comunitários de saúde e de 2.000 equipes de Saúde da Família e ampliação do Samu e do Brasil Sorridente.

Nos próximos quatro anos serão investidos 1 bilhão de reais por ano em saneamento básico, para execução pela Funasa dentro do PAC. Esses recursos serão destinados aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Os municípios com menos de 50 mil habitantes, com alta taxa de mortalidade infantil e menor taxa de cobertura de saneamento básico.

Quero anunciar também a abertura de uma linha de financiamento, aqui é importante prestar atenção, nós já abrimos uma para tratores, porque a quantidade de dinheiro que o BNDES colocou, e está aqui o meu companheiro Demian Fiocca, foi pouca, 300 milhões de reais, que é para comprar máquinas para que o prefeito tenha uma patrolazinha para ajudar o pequeno produtor a

abrir uma estrada. E agora nós estamos fazendo uma tratativa, está aí o meu ministro da Indústria e Comércio, tem aí os companheiros da Fazenda, negociando com as empresas de ônibus a produção de um ônibus standard, um ônibus que não tenha nenhum luxo, mas que ande e dure muito, que é um ônibus para o qual a gente vai conversar com os governadores de estado para tirar o ICMS, o governo federal tira todos os impostos da sua parte, os prefeitos, se for o caso, tiram o ISS, para a gente colocar ônibus a um preço muito barato, e com um tempo de pagar muito largo, para que a gente possa, definitivamente, transportar as crianças brasileiras para as escolas neste País.

No fim, meus companheiros e companheiras, preparem-se porque no ano que vem tem mais. De vocês para mim e de mim para vocês.

Um abraço e boa sorte